



## QUESTÕES LEI 8112

**1) Ano: 2016 Banca: CESGRANRIO Órgão: ANP Prova: Técnico Administrativo**

Um servidor público efetivo procura o Departamento de Recursos Humanos do seu órgão para saber dos critérios de remoção a pedido para outra localidade.

A informação recebida é que, nos termos da Lei nº 8.112/1990, uma das previsões para o ato de remoção, independentemente do interesse da Administração, seria por motivo de saúde do seu

- a) Pai
- b) Avô
- c) Tio
- d) Afilhado
- e) Cônjuge

**2) Ano: 2014 Banca: CESGRANRIO Órgão: CEFET-RJ Prova: Conhecimentos Básicos - Cargos 3 a 12 (+ provas)**

Nos termos da Lei nº 8.122/1990, o servidor público faz jus à remuneração e a determinadas indenizações. Dentre essas indenizações, consta a referente ao pagamento de

- a) Auxílio-moradia
- b) Horas extras
- c) Pagamento por chefia
- d) Adicional noturno
- e) Gratificação natalina

**3) Ano: 2013 Banca: CESGRANRIO Órgão: IBGE Prova: Analista - Auditoria**

Paulo pretende candidatar-se a cargo eletivo no município onde exerce suas funções de servidor público tendo em vista sua relação com a comunidade local, na qual criou laços de afeto.

Nos termos da Lei no 8.112/1990, a Licença para Atividade Política durará até

- a) Cinco dias após o pleito
- b) Oito dias após o pleito
- c) Dez dias após o pleito
- d) Vinte dias após o pleito
- e) Trinta dias após o pleito



**4) Ano: 2013 Banca: CESGRANRIO Órgão: IBGE Prova: Analista - Recursos Humanos**

**Adriana é servidora efetiva, sendo regida pelos termos da Lei n° 8.112/90. Por necessidade do serviço, ela é removida para ter exercício em município distante da sede onde exercia suas funções.**

**Nos termos da Lei n° 8.112/90, Adriana terá prazo para retomar o exercício do seu cargo que compreende, no mínimo, dez dias e, no máximo,**

- a) Quinze dias
- b) Vinte dias
- c) Trinta dias
- d) Quarenta dias
- e) Cinquenta dias

**5) Ano: 2013 Banca: CESGRANRIO Órgão: IBGE Prova: Analista - Recursos Humanos**

**Sueli, ao tomar posse em cargo público efetivo, foi comunicada em palestra de ambientação no órgão onde foi exercer suas atividades de que, para obter aprovação em estágio probatório, havia a necessidade do preenchimento dos requisitos de: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.**

**Nos termos da Lei no 8.112/90, o ocupante de cargo público em estágio probatório terá**

- a) Apresentado relatório seis meses antes de findo o estágio para homologação da autoridade avaliadora competente.
- b) Vedação para ocupar função de confiança ou cargo comissionado.
- c) Cessão para outros órgãos para ocupar qualquer cargo em comissão.
- d) Deferida licença para tratamento de interesses particulares.
- e) Afastamento para curso de formação em outro cargo da administração federal.



**6) Ano: 2013 Banca: CESGRANRIO Órgão: IBGE Prova: Analista - Recursos Humanos**

Uma servidora estatutária é removida para cidade onde exercerá suas funções por, pelo menos, dois anos. Ao chegar ao local, verifica que há necessidade de lá estabelecer residência fixa. Assim, requer o deferimento de auxílio moradia.

Nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ela terá direito ao benefício, preenchidos os demais requisitos, desde que o imóvel em que ela venha residir seja:

- a) Próprio.
- b) Locado.
- c) Do seu cônjuge.
- d) Doado pelo Município.
- e) Funcional, ocupado por genitor.

**7) Ano: 2012 Banca: CESGRANRIO Órgão: Chesf Prova: Profissional de Nível Superior**

A legislação administrativa emprega diferentes termos para categorizar as diversas formas de retorno ao cargo público. Associe essas diferentes formas à respectiva descrição.

- |                     |   |
|---------------------|---|
| I - Reintegração    | P - Retorno do servidor posto em disponibilidade, em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o cargo anterior.   |
| II - Aproveitamento | Q - Retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado em virtude de inabilitação em estágio probatório para outro cargo ou por conta de reintegração do ocupante anterior. |
| III - Reversão      | R - Retorno do aposentado ao serviço público em razão, por exemplo, da cessação do motivo da sua aposentadoria.   |
|                     | S - Retorno do servidor após ter sido invalidada a sua demissão por decisão judicial.   |

**A associação correta é:**

- a) I – P , II – S , III – Q
- b) I – P , II – R , III – Q
- c) I – Q , II – S , III – R
- d) I – S , II – P , III – R
- e) I – S , II – Q , III – P



**8) Ano: 2011 Banca: CESGRANRIO Órgão: Petrobras Prova: Técnico de Administração e Controle Júnior**

O instrumento usado pelo requeredor para solicitar a uma autoridade pública o reconhecimento de um direito ou concessão de algo, sob o amparo da lei, denomina-se requerimento. Uma vez indeferido, a renovação do requerimento pode ser feita por meio do(a)

- a) Recurso.
- b) Pedido de reconsideração.
- c) Pedido de revisão de decisão judicial.
- d) Declaração receptícia.
- e) Exposição de motivos.

**9) Quanto ao prazo de validade do concurso público, a Constituição da República dispõe que será de**

- a) Até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) Três anos improrrogáveis.
- c) Um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) Dois anos, prorrogável somente em casos excepcionais.
- e) Três anos, prorrogável uma vez, por igual período.

**10) Em relação à disciplina constitucional do concurso público para ingresso de pessoal no serviço público, é correto afirmar que:**

- a) Os cargos, empregos e funções públicas de qualquer natureza são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o acesso aos estrangeiros, em respeito ao princípio constitucional da soberania nacional;
  - b) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do presidente da banca examinadora do certame, caso tal circunstância tenha sido expressamente prevista no edital;
  - c) A investidura em cargo ou emprego público, efetivo ou em comissão, depende necessariamente de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei;
  - d) A nomeação para cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma prevista em lei, ressalvada a função de confiança, que é exercida exclusivamente por servidores não concursados;
  - e) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
-



**11) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo:**

- a) Terceirizados.
- b) Somente secretários de finanças, saúde e educação.
- c) Em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) Somente professores.

**12) A modalidade de provimento em cargo público que consiste no retorno à atividade por servidor público aposentado por invalidez, quando por junta médica oficial forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se:**

- a) Reintegração.
- b) Reversão.
- c) Adaptação.
- d) Aproveitamento.

**13) Segundo a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da união, autarquias e fundações públicas federais,**

a) O servidor público deverá se afastar do cargo quando investido, além de outros, nos seguintes mandatos eletivos: deputado federal, governador de estado, deputado estadual, prefeito municipal e vereador.

b) São, dentre outros, requisitos para a investidura em cargo público, ter idade mínima de 18 anos, estar no gozo dos direitos políticos, ser brasileiro nato e a quitação com obrigações eleitorais.

c) Também são formas de provimento em cargo público: reintegração, promoção, reversão, nomeação e conversão.

d) A posse em cargo público, que ocorre apenas no provimento por nomeação, pode se dar por procuração específica, desde que o agente justifique o motivo da impossibilidade de comparecimento ao ato.

e) É direito do servidor público licenciar-se, sem remuneração, para o exercício de mandato em associação de classe de âmbito nacional, computando-se este tempo como de efetivo serviço, exceto para promoção por merecimento.



14) **XXXX**

15) Conforme prevê a Lei nº 8.112/90, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá, dentre outros, de:

- a) Exoneração, demissão e promoção;
- b) Falecimento, readaptação e nomeação;
- c) Remoção, aposentadoria e reintegração;
- d) Permuta, reversão e disponibilidade;
- e) Aproveitamento, recondução e transferência

16) De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado é definido como **ANULADA**

- a) Recondução.
- b) Reversão.
- c) Readaptação.
- d) Promoção.
- e) Transferência.

17) Teobaldo, servidor público do estado do Piauí, adquiriu sua estabilidade em 27/1/2012. Em novembro de 2012, ele foi nomeado para o cargo de técnico judiciário no TRE/PI. Dentro do prazo legal, Teobaldo tomou posse e entrou em exercício em seu novo cargo, após solicitar vacância por posse em outro cargo inacumulável. Na avaliação de seu estágio probatório, no tribunal, Teobaldo foi reprovado, ou seja, foi considerado inapto para o exercício do cargo ocupado no TRE/PI.

Nessa situação hipotética, a administração deve aplicar, em relação a Teobaldo, o instituto denominado

- a) Recondução.
  - b) Aproveitamento.
  - c) Exoneração.
  - d) Demissão.QTS
  - e) Readaptação
-



**18) Ano: 2009 Banca: CESGRANRIO Órgão: Casa da Moeda Prova: Advogado (+ provas)**

No que concerne ao regime disciplinar dos servidores públicos federais, analise as assertivas abaixo.

I - O servidor público responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, desde que a sua conduta resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

II - As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si; mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada em caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

III - A ação disciplinar prescreve em cinco anos, seja qual for a natureza da infração administrativa cometida pelo servidor, começando a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

**É (São) correta(s) APENAS a(s) afirmativa(s)**

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III.

**19) Ano: 2008 Banca: CESGRANRIO Órgão: ANP Prova: Especialista em Regulação - Direito (+ provas)**

**Qual dos conceitos abaixo está em DESACORDO com a legislação do servidor público federal?**

a) Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

b) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado no interesse da administração, desde que a aposentadoria tenha ocorrido nos dois anos anteriores à solicitação.

c) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

d) Reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

e) Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.



**20) Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: TRT - 1ª REGIÃO (RJ) Prova: Juiz do Trabalho Substituto**

**Segundo a Lei n° 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da união, autarquias e fundações públicas federais,**

- a) O servidor público deverá se afastar do cargo quando investido, além de outros, nos seguintes mandatos eletivos: deputado federal, governador de estado, deputado estadual, prefeito municipal e vereador.
- b) São, dentre outros, requisitos para a investidura em cargo público, ter idade mínima de 18 anos, estar no gozo dos direitos políticos, ser brasileiro nato e a quitação com obrigações eleitorais.
- c) Também são formas de provimento em cargo público: reintegração, promoção, reversão, nomeação e conversão.
- d) A posse em cargo público, que ocorre apenas no provimento por nomeação, pode se dar por procuração específica, desde que o agente justifique o motivo da impossibilidade de comparecimento ao ato.
- e) É direito do servidor público licenciar-se, sem remuneração, para o exercício de mandato em associação de classe de âmbito nacional, computando-se este tempo como de efetivo serviço, exceto para promoção por merecimento.

**21) Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: TRF - 3ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa**

Arnaldo é servidor público estatutário há cerca de dez anos, classificado no setor de transportes da secretaria da educação e responsável pela logística das peruas que fazem o deslocamento dos alunos no trajeto casa-escola, escola-casa.

No último mês, a diretoria da escola e a delegacia de ensino local começaram a receber diversas críticas sobre falhas no serviço de transporte das crianças, a ponto de terem sido narrados episódios de alunos que não foram incluídos no rol de atendimento, não obstante regularmente inscritos para tanto.

Diante da recorrência, foi instaurada sindicância para apuração do ocorrido e identificado que Arnaldo não vinha realizando as programações de itinerário corretamente, comparecendo em repartições diversas para trabalhar, não no local correto.

**Instaurado processo administrativo disciplinar, a comissão disciplinar, no curso do inquérito administrativo, de acordo com o que dispõe a Lei n° 8.112/1990,**

- a) Deverá providenciar a realização de perícia judicial, para atestar as condições de sanidade mental do acusado antes do prosseguimento do processo.
- b) Poderá denegar pedidos de vista dos autos na fase de instrução, inclusive do acusado, tendo em vista que a oportunidade de defesa e contraditório se exerce na fase de defesa.



c) Poderá, com base nos elementos constantes da sindicância, propor que o acusado seja submetido a exame por junta médica oficial, caso exista dúvida sobre a sanidade mental do acusado.

d) Deverá requerer que a sindicância, excepcionalmente, integre os autos do processo administrativo quando houver indícios de insanidade mental, para evitar a repetição de provas e possibilitar que o perito judicial designado administrativamente possa opinar sobre os fatos lá apurados.

e) Poderá processar nos mesmos autos o incidente de sanidade mental, aproveitando a instrução do inquérito, para decidir pela conversão de sanção administrativa por medida de segurança.

**22) Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: TRF - 3ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa**

**O descumprimento de deveres e obrigações pode dar ensejo à aplicação de penalidades, devendo ser respeitada a relação entre a natureza e especificidade da sanção e a competência para sua imposição, tal como prevista na Lei nº 8.112/1990, do que é exemplo a penalidade de**

a) Suspensão superior a 30 dias, cuja competência para aplicação é privativa da autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, qual seja, por exemplo, o Presidente do Tribunal Federal em questão.

b) Suspensão, seja qual for o prazo, em razão da gravidade, privativa da autoridade de hierarquia imediatamente inferior à autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, ou seja, por exemplo, Ministro de Estado.

c) Demissão, privativa da autoridade máxima do órgão do ente ao qual esteja vinculado o servidor, ou seja, por exemplo, Ministro de Estado ou Presidente de Tribunal Federal.

d) Cassação de aposentadoria, a ser aplicada pela autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, como, por exemplo, o Presidente da República.

e) Cassação de aposentadoria ou suspensão por prazo superior a 30 dias, cuja aplicação é competência privativa da autoridade máxima do ente ao qual esteja vinculado o servidor, ou seja, por exemplo, Ministro de Estado ou Presidente de Tribunal Federal.

**23) Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: TRF - 3ª REGIÃO Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa**

**Sobre o provimento de cargos públicos com base na Lei nº 8.112/1990 considere:**

I. A subscrição do termo de posse pelo servidor ocupante de cargo em comissão dá início a contagem do prazo para o efetivo exercício, que não pode exceder 30 dias, hipótese em que esse período já pode ser considerado para fins remuneratórios.

II. Os cargos de provimento por nomeação ensejam posse por parte do servidor público, que se exerce mediante subscrição do respectivo termo, do qual constam os direitos e as responsabilidades inerentes ao cargo, bem como eventuais alterações nos deveres que sejam unilateralmente impostas pela Administração pública.



III. Os cargos públicos que dependem de nomeação sujeitam o servidor ao empossamento, cujo prazo não se confunde com o legalmente fixado para o início do exercício, que se dá com o efetivo desempenho das atribuições daquele cargo.

**Está correto o que consta em**

- a) I, II e III.
- b) II e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

### GABARITO

1-E; 2-A; 3-C; 4-C; 5-E; 6-B; 7-D; 8-B; 9-A

10-E; 11-C; 12-B; 13-E; 14 - ; 15-A; 16-Anulada;

17-A; 18-B; 19B; 20-E; 21-C; 22-D; 23-D.

### GABARITO COMENTADO DAS QUESTOES QUE NÃO FORAM GRAVADAS:

18 – B. A questão envolve a responsabilidade dos servidores públicos da União, e se encontra disciplinada nos artigos 121 e seguintes da Lei 8.112/90. A única questão correta é a afirmativa II, considerando que reproduz os artigos 125 e 126 da referida lei.

19. – B. A questão deseja que o candidato saiba o conceito das formas de provimento, e mais, a questão deseja que o candidato assinale a questão errada. No caso concreto, a letra B está errada, considerando que o prazo é de cinco anos, nos termos do artigo 25, II, “d”, da Lei 8.112/90.

20. – E. A questão trata da licença para o exercício do mandato classista, que está prevista no artigo 92 da Lei 8.112/90. No entanto, é preciso ter cuidado que o afastamento neste caso conta para todos os efeitos, mas apenas para a promoção por antiguidade, jamais merecimento. As demais alternativas estão erradas, a saber: a) não há afastamento de vereador quando ocorrer compatibilidade de horários; b) não há



exigência de ser brasileiro nato para a investidura em cargo público; c) conversão, não é prevista na lei como forma de provimento; e, d) não é preciso justificar a razão da posse por procuração.

21.– C. Trata a questão de processo administrativo disciplinar e apenas uma questão encontra-se correta, já que reproduz o que estabelece o artigo 160 da Lei 8.112/90. As demais incorretas eis que: a) falso, eis que somente se constatar tal situação. Não é regra; b) falso considerando que é da essência do processo o contraditório e a ampla defesa; d) não há previsão legal neste sentido; e) falso. Há determinação legal de que seja realizada através de incidente.

22 – D. Competência para aplicação da penalidade, que se encontra prevista no artigo 141 da Lei 8.112/90.

23.– D. Exige do candidato o conhecimento de posse e exercício, em especial a análise dos artigos 14 e 15 da Lei 8.112/90.